



**ACÓRDÃO Nº 1091/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 1842/2012.**

**Apenso:** Processos nsº 4872/2011, 1200/2012, 1310/2012 e 5722/2011.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Responsável:** Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho – Secretário Municipal da SEMED.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Órgão:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

**6- Advogados:** Edmárie de Jesus Cavalcante – OAB/AM 3351.

**7- Unidade Técnica:** DICAD/MA e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4848/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.14785/14790).

**9- Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Exercício de 2011.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multa.  
Concessão de Prazo. Recomendação.  
Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anuais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED**, referente ao **exercício de 2011**, de responsabilidade do **Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. Aplicar Multa ao Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, no montante de **R\$ 4.200,00** (quatro mil e duzentos reais), em razão das restrições nºs 5.1, 5.10 e 5.24 da Informação nº 440/2017-DICOP e do Relatório Conclusivo nº 42/2017-DICOP, nos termos do parágrafo único do art. 53 da Lei Estadual nº 2423/96, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/08/2012, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ;
- 10.3. Conceder prazo de 30 (trinta) dias ao Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**,



**ACÓRDÃO Nº 1091/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

para recolher o valor constante no item 10.2 deste Acórdão, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 76 da Lei nº 2.423/96, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi, o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal;

**10.4. Recomendar à Secretaria Municipal de Educação – SEMED que:**

**10.4.1.**faça constar nos processos administrativos para locação de imóveis os documentos relativos ao cumprimento e fiscalização das adequações físicas no imóvel firmadas pelos locadores nos Termos de Compromisso;

**10.4.2.**faça constar nos processos administrativos referentes à obras e serviços as Anotações de Responsabilidade Técnica dos profissionais envolvidos com a elaboração dos projetos e documentos técnicos, assim como os responsáveis pela execução e fiscalização do serviço/obra;

**10.4.3.**caso haja termo aditivo nos projetos e contratos, que proceda a devida formalização e instrução dos processos administrativos;

**10.4.4.**implemente o sistema de ponto biométrico, nos termos do Decreto Municipal nº 203/2009, e desenvolva sistema de controle interno que forneça maior segurança a fim de evitar fraudes e erros nas atividades administrativas;

**10.5. Determinar à SECEX/DICAD-MA** que verifique na próxima inspeção se já houve a conclusão dos processos administrativos instaurados em face dos servidores referentes a adiantamentos concedidos em 2002 e 2008 e a devida baixa dos valores no Balancete Financeiro;

**10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno – SEPLENO** que adote as providências previstas no artigo 161 e 162, § 1º, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;

**10.7. Arquivar os autos** nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima.



**ACÓRDÃO Nº 1091/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

*Vencido o Voto-destaque proferido em sessão do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa.*

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 05 de Dezembro de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge, Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral